



Índice

- 01** Justiça rejeita pedido de suspensão de licenciamento da Usina Hidrelétrica Teles Pires
- 02** Justiça determina correção do edital de estudo sobre Rio dos Macacos
- 03** Certificações quilombolas sobem 23% nos últimos dois anos
- 04** Incra contrata empresas para estudos antropológicos de comunidades quilombolas de Santa Catarina
- 05** Prefeito de Palmas apresenta planejamento dos I Jogos Mundiais Indígenas
- 06** Indígenas pedem que Seind seja mantida na estrutura do Governo do Amazonas
- 07** TRF3 suspende decisão que determinava pagamento de arrendamento a proprietários de terras ocupadas por populações indígenas no Mato Grosso do Sul
- 08** Os Tupinambá e eu
- 09** Capiberibe defende direitos de comunidades tradicionais sobre uso de seus recursos
- 10** Polícia abre inquérito para investigar morte de bebê indígena da etnia Mura
- 11** Alertas de desmatamento continuam em alta, diz Imazon
- 12** Ribeirinhos precisam viajar para chegar a escolas em Corumbá
- 13** Operação de carnaval em RO orienta ribeirinhos contra violência à criança
- 14** Projeto leva cidadania à população ribeirinha de MT



-
- 15** TJMT e Justiça Federal trocam experiências
 - 16** Plenário aprova comissão externa sobre Transposição do Rio São Francisco
 - 17** Turma concede HC preventivo a índio em ação de reintegração de posse
 - 18** Justiça nega pedido de reintegração de posse contra indígenas em Belo Monte
 - 19** RN: Incra conclui primeira etapa da regularização das Comunidades Quilombolas Aroeira e Pavilhão
 - 20** Operação carnaval da Polícia Ambiental começa nesta sexta-feira
 - 21** Prefeitura isola área de APP às margens do Arareau
 - 22** Quilombolas comemoram reconhecimento do direito à terra
 - 23** Quilombolas denunciam preconceito e intolerância religiosa em Traipu
 - 24** Ministro de esporte visita obras dos Jogos Mundiais Indígenas em Palmas
 - 25** Reserva Indígena Taba dos Anacé está 33% pronta
 - 26** Halum acompanha ministro em visita a obras de preparação para os Jogos Mundiais Indígenas
 - 27** Dia do Rádio: "É uma satisfação falar do nosso jeito", conta cacique radialista
 - 28** DSEI Médio Rio Purus encerra II Oficina de Acolhimento
 - 29** Grupo Técnico em Vigilância do Óbito do DSEI Rio Tapajós faz primeira reunião
 - 30** Clima seco faz governo de Roraima decretar situação de emergência

Justiça rejeita pedido de suspensão de licenciamento da Usina Hidrelétrica Teles Pires

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 12.02.2015



Maíra Heinen, EBC

A Justiça Federal no Pará julgou improcedente o pedido do Ministério Público Federal para que fosse suspenso o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Teles Pires. A obra deve ser construída na divisa entre o Pará e Mato Grosso.

A sentença foi assinada na última segunda-feira e destaca que não existe previsão legislativa que obrigue o órgão licenciador a apresentar com precisão, a descrição do comportamento das diversas variáveis que envolvem o projeto.

Na sentença, o juiz Arthur Chaves, da 9ª Vara de Belém, se mostrou convencido do empenho do Ibama para que falhas e omissões verificadas na primeira versão do Estudo de Impacto Ambiental fossem devidamente atendidas por complementações posteriores.

O Ibama, de acordo com a sentença, justificou, um a um, todos os pontos indicados pelo MPF, apontados como vícios que impedissem o andamento do processo de licenciamento ambiental.

Além da suspensão do processo, o Ministério Público Federal também queria que o Ibama fosse proibido de conceder a licença prévia do empreendimento até decisão final da ação civil pública proposta ou até que fossem sanados supostos vícios do Estudo de Impacto Ambiental. O pedido também foi rejeitado. O MPF ainda pode recorrer da sentença ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.

Foto: Evaristo SA/AFP/VEJA.



Boletim de Notícias - Edição nº 28/2015

Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

Justiça determina correção do edital de estudo sobre Rio dos Macacos

SÍTIO CEDEFES, 12.02.2015

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) deverá corrigir o edital do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola Rio dos Macacos, publicado em agosto de 2014. A decisão judicial teve como base ação ajuizada pela Defensoria Pública da União (DPU) e foi conhecida nesta semana. Localizada na divisa entre Salvador e Simões Filho, na Bahia, a área que abriga o quilombo tem a sua propriedade disputada pela Marinha do Brasil há mais de 40 anos.

Na ação que pediu a retificação do documento, o defensor público federal Átila Ribeiro Dias questionou a delimitação de 104 hectares disposta no edital, exatamente o espaço proposto pelo governo - e não aceito pela comunidade - na última audiência pública, ocorrida em maio do ano passado na sede do Ministério Público Federal. Segundo ele, no memorial descritivo, o instituto considera como área remanescente de quilombo a área total do terreno - cerca de 300 hectares.

"Houve claro descumprimento da decisão liminar proferida em junho pela Justiça, pois o documento divulgado não está em conformidade com o relatório, conhecido pelos órgãos envolvidos desde 2012 e favorável à comunidade quilombola", afirmou Átila Dias.

Ainda de acordo com o defensor, "o Incra tem até a próxima quarta-feira (11) para comprovar a regular publicação do edital nos exatos termos do memorial descritivo. Esperamos que a decisão seja respeitada", disse o defensor.

Fonte: <http://dpu.jusbrasil.com.br/>

Certificações quilombolas sobem 23% nos últimos dois anos

SÍTIO FUNDAÇÃO PALMARES, 12.02.2015



Nos últimos dois anos a Fundação Cultural Palmares (FCP) reconheceu 532 comunidades quilombolas em todo o país. Nesse período a média foi de 266 certidões expedidas por ano, mais de 30% acima da série histórica iniciada em 2004. Atualmente são 2.465 comunidades reconhecidas, conforme Decreto nº 4.887/2003. Para 2015, a meta é de que outras 180 sejam certificadas, 10% a mais que em 2014.

De acordo com o presidente Hilton Cobra, o dado demonstra a preocupação da Fundação para com as necessidades das populações quilombolas. "Estamos atentos e comprometidos para que seus direitos sejam alcançados", disse. Alexandre Reis, diretor do Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro da FCP, afirma que o fortalecimento da atuação da equipe responsável pelas certificações qualificou o trabalho.

Progressos - Reis, ressalta que o período entre 2011 e 2014 foi marcado por avanços importantes. Por exemplo, o aumento das visitas técnicas para o processo de certificação possibilitou o aprimoramento do cadastro geral das comunidades quilombolas. "Essa medida potencializou o trabalho da Fundação, tendo em vista o acesso dos quilombolas às políticas públicas e proteção dos seus direitos fundamentais", enfatiza o diretor.

CONT.



Composto pelo levantamento de dados socioeconômicos, da situação fundiária dos territórios historicamente ocupados e dos registros e documentos dos grupos reconhecidos, o cadastro instrui os processos para que essas comunidades sejam tituladas. O documento inclui o levantamento dos sítios históricos, do patrimônio cultural das comunidades certificadas e as suas devidas coordenadas geográficas.

Além da expedição da Certidão de Autodefinição Quilombola, a FCP acompanha o processo de regularização fundiária dos territórios, prestando assistência jurídica em situações de conflito, analisando estudos de impactos ambientais e emitindo pareceres sobre as medidas de controle e mitigação dos impactos decorrentes de empreendimentos na abrangência das terras quilombolas.

Publicações - A FCP emitiu no mês de janeiro, 25 Certidões de Auto-Definição à 33 quilombos nos estados de Alagoas, Bahia, Maranhão, Pará, Pernambuco, Piauí e Tocantins. A publicação no Diário Oficial da União (DOU) foi a concretização do trabalho de visitas técnicas e apurações realizados em 2014. Aproximadamente 300 comunidades ainda estão na fila para serem certificadas. Para as atividades de 2015, a instituição aguarda a liberação de orçamento do Ministério da Cultura (MinC).

Incra contrata empresas para estudos antropológicos de comunidades quilombolas de Santa Catarina

SÍTIO INCRA, 11.02.2015



A Superintendência do Incra em Santa Catarina efetivou a contratação de quatro empresas para a elaboração de relatórios antropológicos de cinco comunidades remanescentes de quilombos e tradicionais do estado. Os extratos dos contratos foram publicados nas edições de 15 e 16/01 e 04/02 do Diário Oficial da União (D.O.U).

Os relatórios antropológicos devem trazer características detalhadas das comunidades, fornecendo dados técnicos para que o Incra dê andamento ao processo de regularização fundiária destas áreas. As cinco comunidades a serem enfocadas nos estudos agora contratados são: Aldeia e Areais da Ribanceira, localizadas em Imbituba; Caldas do Cubatão, em Santo Amaro da Imperatriz; Morro do Fortunato, em Garopaba, e Santa Cruz (Toca), em Paulo Lopes.

A comunidade Vidal Martins, de Florianópolis, que também teria empresa contratada para efetuar seu estudo, optou pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para realização do relatório. "A UFSC manifestou interesse em fazer este relatório e abrimos o processo para

CONT.



que um acordo de cooperação seja firmado, com plano de trabalho específico para este fim”, explica Sessuana Paese, chefe da Divisão de Ordenamento do Incra/SC.

Participação e acompanhamento

A fim de preparar as comunidades para receber os profissionais que realizarão os estudos, a equipe do Incra está promovendo reuniões nestas localidades. Na ocasião, são repassados os detalhes de como será o trabalho de elaboração do relatório, que tem prazo de execução de nove meses a partir da assinatura da ordem de serviço.

Cada comunidade será estudada por três profissionais: um coordenador mestre em Antropologia - com experiência comprovada em trabalhos de delimitação de comunidades - e dois assistentes com nível superior. Eles serão responsáveis por pesquisar documentos históricos e bibliografia existentes sobre cada comunidade, efetuar observação participante com, no mínimo quarenta dias em campo com a comunidade, levantar a produção agrícola e áreas de preservação, elaborar mapas da área e apresentar proposta para delimitação da comunidade.

“Os trabalhos serão fiscalizados por comissão de servidores do Incra e também pela comunidade, que será consultada sobre o trabalho e a conduta dos profissionais”, revela o antropólogo do Incra, Marcelo Spaolonse. Ele explica, ainda, que o trabalho de cada empresa acontecerá em três etapas que compreendem a apresentação do plano de trabalho, o trabalho em campo e a organização de relatório parcial e, por fim, a apresentação do relatório final.

A partir da última semana de fevereiro, as equipes contratadas começam a ser apresentadas às comunidades em reuniões que irão dar início efetivo aos trabalhos em campo.



Prefeito de Palmas apresenta planejamento dos I Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 12.02.2015

Comitiva liderada pelo prefeito Carlos Amatsha e pelo deputado Federal César Halum debateu detalhes do evento nesta quinta-feira (12), em Brasília

A proximidade do I Jogos Mundiais Indígenas, programado para ocorrer em Palmas (TO), entre os dias 18 e 27 de setembro, estreitou ainda mais os laços entre o Ministério do Esporte e a capital de Tocantins.

Uma comitiva liderada pelo prefeito Carlos Amatsha e pelo deputado Federal César Halum (PRB/TO) debateu detalhes do evento nesta quinta-feira (12), em Brasília.

"Estamos avançando com pressa, visto que o tempo é muito curto. Mas com a paixão que o ministro está dando ao evento, fico muito tranquilo, pois temos um parceiro privilegiado, que é o Ministério do Esporte", comentou Amatsha.

O deputado César Halum também falou sobre a relação cada vez mais próxima com o Ministério. "Seremos presença constante aqui, porque o maior evento este ano no Brasil, ligado ao Ministério do Esporte, é o I Jogos Mundiais Indígenas. Inclusive, os Jogos têm despertado interesse em todo o mundo, tanto que muitos países estão se oferecendo para sediar o II Jogos Mundiais Indígenas".

O prefeito de Palmas comentou sobre a preparação para as competições e demais eventos dentro dos Jogos. "Nós já iniciamos a preparação dos cenários para os Jogos. Definimos calendário e eventos paralelos. Por exemplo, vamos organizar uma grande feira internacional de artesanato e um festival gastronômico que vai ser feito antes de começarem os Jogos", contou.

A importância do evento é tão grande que a prefeitura de Palmas criou uma Secretaria Extraordinária para os Jogos Mundiais Indígenas. "Passou a ser necessária. O projeto é interessante. Estamos criando a Vila Indígena, onde se realizará os Jogos", concluiu Halum.

Fonte: Ministério do Esporte.



Indígenas pedem que Seind seja mantida na estrutura do Governo do Amazonas
SÍTIO D24AM, 12.02.2015

A pasta vem sendo cotada como uma das que podem ser extintas e transformadas em departamento da Secretaria de Assistência Social (Seas)

Com informações de assessoria / portal@d24am.com

Um grupo formado por lideranças indígenas do Movimento Etno Cultural de Mobilização do Amazonas (MECMAM), esteve hoje pela manhã na Assembleia Legislativa do Estado (ALE) para pedir que os parlamentares alterem o projeto da Reforma Administrativa e impeçam a extinção da Secretaria de Povos Indígenas (Seind).

A pasta vem sendo cotada como uma das que podem ser extintas e transformadas em departamento da Secretaria de Assistência Social (Seas).

Representantes de comunidades indígenas de nove municípios do interior participaram de uma reunião na Comissão de Assuntos Indígenas e solicitaram que os deputados intermediassem uma reunião com o governador José Melo (PROS) para discutir a não extinção da secretaria.

O deputado Vicente Lopes (PMDB), presidente da Comissão, disse que o assunto será levado aos demais deputados e que a orientação para os demais membros do PMDB na Casa, na votação da reforma, é para manter a Seind, caso a proposta da reforma preveja a extinção da secretaria.

No evento da leitura da Mensagem Governamental na Casa, no último dia 3, o governador José Melo (PROS) disse, ao ser questionado sobre a Seind, que ainda estava fazendo ajustes na reforma, e que se a Seind fosse extinta se transformaria "em um departamento, sem deixar de prestar qualquer atendimento aos indígenas".

O presidente da Casa, Josué Neto (PSD), disse que a proposta da reforma será amplamente discutida com os deputados, e secretários do Estado virão até a ALE para explicar a reforma, inclusive o funcionamento das pastas que serão extintas e fundidas.

Participaram da reunião indígenas de Tabatinga, Autazes, São Paulo de Olivença, Benjamim Constant, Santo Antônio do Içá, Beruri, Nhamunda e Novo Airão.



TRF3 suspende decisão que determinava pagamento de arrendamento a proprietários de terras ocupadas por populações indígenas no Mato Grosso do Sul
SÍTIO ÂMBITO JURÍDICO, 12.02.2015

Em recente decisão em recurso de Agravo de Instrumento, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) suspendeu decisão proferida pela Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, em Dourados, relativa a demarcação de terras indígenas.

Em ação de execução de obrigação de fazer por título extrajudicial, destinada a garantir o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo Ministério Público Federal (MPF) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 2008, que consubstancia os trabalhos de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas na região centro-sul de Mato Grosso do Sul, o juízo de primeiro grau, na intenção de proteger os direitos tanto dos índios como dos proprietários de terras por esses ocupadas, que, presume-se, tenham adquirido seus títulos legitimamente, determinou que a FUNAI e a União procedam, no prazo de 30 dias, aos atos administrativos necessários para as demarcações previstas no TAC.

Em lugar de fixar multa pelo descumprimento, a decisão atacada prevê o pagamento de arrendamento, pelo valor de mercado, aos proprietários das terras ainda não demarcadas e ocupadas pelos indígenas de forma irregular. A decisão pretende abranger ainda ocupações futuras, ocorridas após seu proferimento.

Os pagamentos relativos ao arrendamento deverão incidir desde a intimação da FUNAI e da União sobre o teor da decisão e deverão perdurar até a completa realização das demarcações. O não pagamento de tais valores deverá ensejar o bloqueio orçamentário de recursos necessários a este fim.

O juízo de primeiro grau em Dourados determinou ainda a intimação do ministro da Justiça para o cumprimento de sua decisão no prazo de 30 dias, sob pena de envio de ofício ao procurador-geral da República para apuração de crime de responsabilidade.

A União, subscritora do recurso de agravo de instrumento, pede a reforma da decisão do juízo federal de dourados, arguindo a sua ilegitimidade passiva, pois não detém poder sobre os índios; a independência de poderes, já que o Judiciário não pode substituir a conveniência e oportunidade do Executivo de realizar atos físicos de Administração; a violação do princípio dispositivo (arts. 2º, 128 e 460 do Código de Processo Civil), visto que o TAC foi celebrado apenas entre o MPF e a FUNAI; que o juízo de primeiro grau, ao impor obrigação ao ministro da Justiça, bem como ao determinar que se oficie o procurador-geral da república para apuração de crime de responsabilidade, invadiu a competência alheia à sua jurisdição e, por fim, que não cabe bloqueio do orçamento da União para pagamento do arrendamento sem a expedição de precatório.

CONT.



O relator do caso, ao analisar os argumentos que lhe foram trazidos, considera que houve violação do princípio dispositivo, já que não há pedido formulado contra a União na ação de execução movida contra a FUNAI. A demarcação das terras indígenas deve ser precedida de trabalho de identificação da área, ou seja, trabalho que antecede o processo de demarcação, sob iniciativa e orientação do órgão federal de assistência ao índio, a FUNAI.

Também não cabe impor à União a determinação para pagamento de arrendamento aos supostos proprietários das terras ocupadas pelos indígenas, ou que venham a ser por eles ocupadas na região centro-sul do Mato Grosso do Sul, mesmo que seja apenas para reforçar a execução da medida de demarcação, já que o TAC, conforme frisado, foi realizado pelo MPF (exequente) e FUNAI (executada).

Ademais, até o presente momento, diz o relator, não há qualquer estudo que indique que a terra objeto da ação seja tradicionalmente ocupada por indígenas, circunstância que ensejaria a indenização dos proprietários que adquiriram seus títulos legitimamente, como sublinhado pelo juízo de primeiro grau.

Diz o relator: "Entendo que somente após a concretização dos estudos de natureza etno-histórica, antropológica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental, serão fornecidos os elementos necessários para descrever com propriedade a existência de ocupação de terras indígenas e demais requisitos para a demarcação de terras. E se, da realização dos estudos de natureza etno-histórica e antropológica, a serem determinados pela FUNAI, se evidenciar que a área, efetivamente, se situa em terras indígenas, ao particular que for afetado pelo processo de identificação da área a ser demarcada deverá ser assegurado o contraditório, com a possibilidade de se manifestar, produzindo todas as provas pertinentes em defesa de seu direito".

O relator considera, ainda, que ao impor obrigação para autoridades que não estão submetidas à sua jurisdição (ministro da Justiça), o juízo federal de primeiro grau invadiu competência alheia, já que, em tese, o aludido agente público, em matéria cível, se sujeita à competência do Superior Tribunal de Justiça. Além disso, o titular da pasta em questão não detém atribuição para realização dos atos administrativos de demarcação, que cabem com exclusividade à FUNAI, sendo sua atribuição apenas, ao final do processo, editar as portarias declaratórias, pelo que não é plausível que seja intimado para cumprimento de TAC no qual não teve participação.

Também não parece plausível a possibilidade de pagamento de arrendamento, já que este é um contrato de natureza bilateral que dependeria da anuência dos proprietários das terras ocupadas pelos índios, o que não se evidencia na hipótese trazida a exame, já que a Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, na qualidade de representante dos produtores rurais a ela filiados, também recorreu da decisão neste recurso discutida, destacando a impossibilidade de concretização do arrendamento.

A esse respeito, observa o relator: "Não se vislumbra, em outro giro, como poderia ser a União

CONT.



compelida a firmar contrato de arrendamento rural – de natureza particular, dependente de sua vontade –, ainda mais se nem há elementos para definir, nos autos subjacentes, quais seriam as áreas ‘irregularmente’ ocupadas pelos indígenas e, conseqüentemente, a quem se pagaria o arrendamento, tornando a decisão de difícil cumprimento com exatidão, o que, na prática, poderia dar azo a eventuais pagamentos indevidos, causando prejuízo ao erário.”

Não cabe, ainda, a determinação de bloqueio orçamentário da União e da FUNAI para pagamento do aludido arrendamento, que encontra barreira nas regras de execução contra a Fazenda Pública, baseada no sistema de liquidação de débitos pela expedição de precatórios, sendo vedada a penhorabilidade de seus bens em qualquer hipótese. Eventual bloqueio de verba orçamentária produziria lesão de grave potencial ofensivo ao ente público, considerando que vulnera a ordem pública estabelecida (art. 100 da Constituição Federal).

Assim, ficou determinada a suspensão da decisão proferida em primeiro grau, pelo menos até que ulteriores averiguações administrativas concluam, de modo seguro e definitivo, acerca da condição jurídica da posse indígena na área, em atenção ao quadro fático e para que não se atente contra a pacificação social.

No tribunal o processo recebeu o nº 2015.03.00.001010-9/MS.

Os Tupinambá e eu

SÍTIO REPÓRTER BRASIL, 12.02.2015

"Tudo me foi narrado com força e uma espécie de beleza dolorosa". Antropóloga descreve seu encontro com os Tupinambá, povo cuja história ela quer transformar em filme

Daniela Alarcon

Conheci os Tupinambá em 2010, quando eles viviam um intenso período de criminalização. O pior desde que iniciaram, em 2004, ações diretas para retomar seu território. Eu morava em Brasília, trabalhava com mulheres indígenas e, de quando em quando, encontrava Glicéria Jesus da Silva, importante liderança tupinambá. Glicéria viajava com frequência à capital para representar seu povo, participar de atividades do movimento indígena e denunciar o que ocorria em sua aldeia. Em junho de 2010, ela foi recebida pelo então presidente Lula e relatou os ataques que a Polícia Federal vinha perpetrando contra os indígenas. Ela levava nos braços seu bebê de dois meses de idade. No dia seguinte, foi encarcerada ao desembarcar na pista de pouso do aeroporto de Ilhéus.



Foto: Daniela Alarcon

CONT.



Glicéria foi presa com base em um mandado de prisão preventiva expedido pela justiça estadual em que não constavam os delitos de que era acusada. Foi transferida com seu bebê, Erúthawã, para um presídio no município de Jequié, onde permaneceu por dois meses e 13 dias. Na prisão, foi acometida de mastite, uma inflamação da glândula mamária. A negligência das autoridades carcerárias e o agravamento de seu quadro clínico fizeram com que ela tivesse de interromper a amamentação da criança. Dois de seus irmãos, Rosivaldo Ferreira da Silva (o cacique Babau) e Givaldo Ferreira da Silva, também estavam presos, desde março. A proximidade crescente com essa história e a constatação de que os Tupinambá travavam uma luta vigorosa – sendo, por isso, alvos de graves ataques – fizeram com que minha intenção de levar a cabo uma pesquisa no campo da etnologia, até então difuso, se delineasse mais claramente.

Em outubro do mesmo ano, viajei à aldeia Serra do Padeiro para apresentar uma proposta de pesquisa de mestrado acerca do processo de recuperação territorial em curso. Encontrei os três irmãos em liberdade. Mas estava viva a memória dos helicópteros sobrevoando a aldeia e da correria no meio da mata, para se protegerem dos disparos efetuados pelos policiais. Do descomunal esforço para acalantar as crianças – agora tão assustadiças –, não deixar as roças se perderem e resistir aos ataques, fossem promovidos pelas forças oficiais de repressão ou por pistoleiros contratados por fazendeiros. Cicatrizes de bala de borracha no seio, nariz, nas pernas, e marcas de tiros nas paredes. Tudo me foi narrado e apontado com força e uma espécie de beleza dolorosa.

“Aqui, nós não vacilamos para contar nossa história”, disse-me Carmerindo Batista da Silva, quando, no último dia dessa visita, fui apresentada a ele e conversamos sobre o projeto de pesquisa. Carmerindo é um dos cinco indígenas que, em 2009, foram torturados pela Polícia Federal com choques elétricos, durante tentativa de reintegração de posse de uma área retomada.

Já morando na aldeia, caminhava um dia pela retomada onde esse crime teve lugar, quando encontrei um pé de jambo coberto de flores. A essa altura, eu já entendia as implicações mais profundas, para os Tupinambá, da recuperação do território onde seus umbigos estão enterrados e onde ainda se erguem mangueiras plantadas pelos bisavós. A memória impregna o território e nele se cultiva. Mais de uma vez vi dona Maria da Glória de Jesus, mãe de Glicéria, dirigir-se com intimidade ao pé de jambo que plantou sentindo se avizinharem as dores do parto de um de seus filhos mais velhos. Ela cultivou-o no sítio onde, durante quarenta anos, resistiu ao avanço dos não índios.

Havendo me dedicado, nos últimos anos, a conhecer as memórias subterrâneas e apreender algo da narrativa fantástica da longa resistência dos Tupinambá em defesa da terra de seus antepassados e dos encantados, meu mundo está irremediavelmente embebido em suas palavras. E, com o filme que estamos realizando, queremos apresentar a luta dos Tupinambá a vocês.



Capiberibe defende direitos de comunidades tradicionais sobre uso de seus recursos
SÍTIO CENÁRIO MT, 12.02.2015

O senador João Capiberibe (PSB-AP) apresentou projeto de lei estabelecendo que as comunidades tradicionais, como as indígenas, por exemplo, terão que receber uma compensação justa quando seus conhecimentos e recursos genéticos forem utilizados na fabricação de produtos, como remédios e cosméticos.

Capiberibe explicou que na Conferência do Meio Ambiente, a Rio/92, já se previa que a biotecnologia se tornaria um dos setores mais rentáveis da economia e também que os direitos e conhecimento de comunidades tradicionais precisavam ser protegidos.

O parlamentar explicou os conhecimentos tradicionais são uma espécie de atalho científico e tecnológico que permite à indústria farmacêutica, por exemplo, economizar anos de pesquisa. E ele entende que as comunidades detentoras desse conhecimento precisam receber algo em troca.

- Esta proposição contém mecanismo de proteção dos interesses nacionais e das comunidades detentoras do conhecimento tradicional, o que não está plenamente assegurado na redação do PL 7735, de 2014, de iniciativa do governo, aprovado na Câmara dos Deputados e a ser submetido a esta Casa. Nós, então, estamos fazendo uma mudança para dizer que essa compensação será obrigatória - explicou o senador.



Polícia abre inquérito para investigar morte de bebê indígena da etnia Mura
SÍTIO D24AM, 12.02.2015

Segundo a delegada, a vítima apresentava feridas nas partes íntimas, nas pernas e no tórax

Thiago Monteiro / portal@d24am.com

Manaus - A Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca) abriu um inquérito policial, por suspeita de maus tratos e negligência dos pais, para descobrir a causa da morte de uma bebê indígena da etnia Mura de um ano, na noite desta quarta-feira. A menina faleceu no Serviço de Pronto Atendimento (SPA) Danilo Corrêa, no bairro Cidade Nova, zona norte de Manaus. As informações são da delegada Linda Gláucia, da Depca.

Conforme o laudo preliminar do Instituto Médico Legal (IML), a causa da morte da criança ainda é indeterminada pela Polícia Civil. Segundo a titular da Depca, o laudo completo do órgão ficará pronto nos próximos 30 dias. "Instauramos o inquérito policial. Já ouviamos a mãe da criança e esperamos os resultados dos exames para poder indiciar alguém neste caso", disse a delegada Linda Gláucia.

Em depoimento, na Depca, a mãe da menina, uma indígena de 23 anos, afirmou que estava há menos de um mês em Manaus, e morava na casa de um amigo na comunidade Campo Dourado, no bairro Cidade Nova, zona norte, pois havia separado do companheiro. Segundo ela, a criança há dez dias atrás começou a apresentar bolhas e feridas pelo corpo, mas na tarde da última quarta-feira, passou mal e foi levada para a unidade hospitalar.

O amigo da indígena, um carpinteiro de 50 anos, afirmou à reportagem, que a criança não sofria maus tratos e nenhum tipo de problema. "Isso foi catapora. A levamos para o hospital e acabou acontecendo isso com ela", disse.

A delegada Linda Gláucia revelou que a mãe prestou esclarecimentos e responderá o inquérito policial em liberdade. Segundo a delegada, a vítima apresentava feridas nas partes íntimas, nas pernas e no tórax.

Alertas de desmatamento continuam em alta, diz Imazon

SÍTIO O ECO, 12.02.2015



Desmatamento flagrado na Terra Indígena Manoki, em Mato Grosso. Foto: Ibama/MT

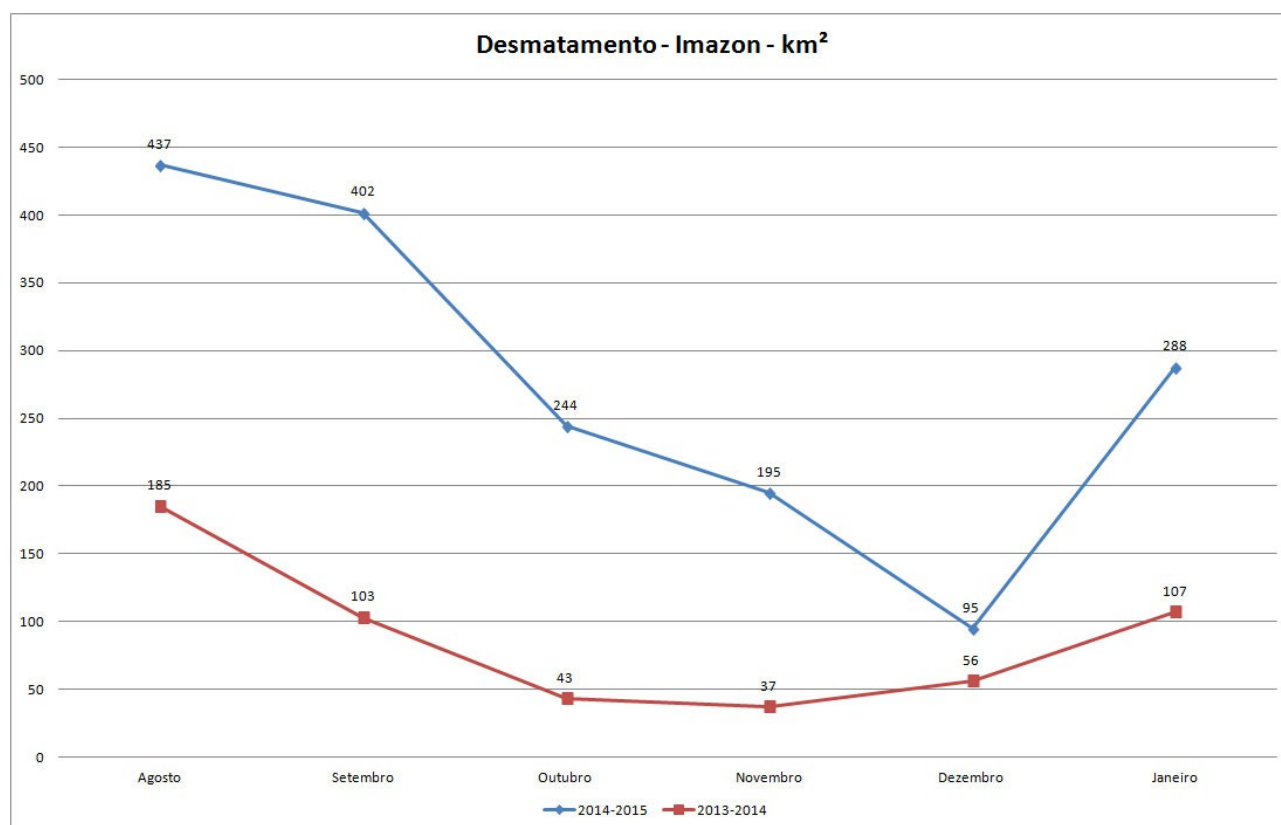
Daniele Bragança

O Imazon faz o monitoramento independente do desmatamento na Amazônia Legal e divulgou, nesta quinta-feira (12/02), o balanço dos alertas para janeiro de 2015. Os números continuam ruins para a floresta.

Em janeiro foram detectados 288 Km² de perda florestal, contra 109 km² registrados em janeiro de 2014: um crescimento de 169%. Este é o sexto aumento consecutivo na taxa, que vem apresentando tendência de alta desde agosto, o primeiro mês do ano-calendário de medição do desmatamento na Amazônia Legal. O calendário vai de agosto até julho do ano seguinte - neste caso, julho de 2015.

CONT.

Como se pode ver na tabela abaixo, todos os meses tiveram aumentos em relação aos meses do ano anterior. De agosto até janeiro, apenas dezembro aparece com crescimento de taxa abaixo dos 100%: nesse mês, o crescimento foi de 70%.



Os aumentos foram: agosto, 136%; setembro, 290%; outubro, 247%; novembro, 467% (o maior pico); dezembro, 70%, e janeiro, com 169%.

No acumulado desses meses, a derrubada de floresta atingiu 1660 quilômetros quadrados, contra 531 km² detectados no mesmo período anterior (agosto-dezembro/2013), uma subida de 213%.

Desmate por estado

Em janeiro, 75% do desmatamento ocorrido no período se concentrou no Mato Grosso (com 217 km²), seguido do Pará, com 20% (ou 59 km²). Rondônia (2%), Amazonas (1%), Tocantins (1%) e Roraima (1%) juntos respondem por apenas 5% do desmatado no período.



Ribeirinhos precisam viajar para chegar a escolas em Corumbá

SÍTIO GLOBO.COM, 12.02.2015

*MPE e MPF recomendam mais transporte gratuito e novas classes.
Prefeitura tem prazo de 20 dias para acatar recomendações.*

Com a falta de séries suficientes e falta de transporte para atender os alunos do ensino fundamental da escola local de Corumbá, distante 415 quilômetros de Campo Grande, estudantes precisam viajar e passar por vários trechos do rio Paraguai para chegar a outra escola que fica na comunidade Paraguai Mirim, distante 40 quilômetros da área urbana da cidade.

Após serem transferidos da escola local por falta de classes, alunos das cinco comunidades da região do Alto Taquari só chegam à escola se forem a pé. Diante dessas dificuldades, o Ministério Público Estadual (MPE) e o Ministério Público Federal (MPF) recomendam soluções à prefeitura de Corumbá.

Para a comunidade Paraguai Mirim, os órgãos sugerem que a prefeitura reabra duas séries de ensino fundamental na escola local, sendo o primeiro e o segundo ano. Já na região do Alto Taquari, é cobrado um transporte escolar gratuito e diário que atenda as cinco comunidades afetadas.

A prefeitura tem um prazo de 20 dias para responder se acata ou não às recomendações. A medida é imediata e para garantir os direitos dos alunos para o ano letivo de 2015. Em resposta, a Secretaria de Educação disse que está cumprindo as recomendações e que está comprando três ônibus escolares. A secretaria não informou quando os veículos serão entregues.

Sobre a ida dos alunos do primeiro e segundo ano para a escola do Paraguai Mirim, a secretaria informou que o trajeto dura menos de uma hora, que o transporte é feito por embarcações repassadas pelo governo e que a medida de transferir os alunos da escola local foi para evitar alunos de séries diferentes.

Para os alunos da região das águas que permanecem na escola até as 15h, a justificativa do município é que os estudantes estão inclusos em um programa de jornada ampliada. Cerca de 350 alunos moram em regiões de difícil acesso em Corumbá.

Operação de carnaval em RO orienta ribeirinhos contra violência à criança

SÍTIO GLOBO.COM, 12.02.2015

As comunidades ribeirinhas do Baixo Madeira, em Porto Velho, estão recebendo o barco da Operação Carnaval Disque 100. A iniciativa leva orientações sobre denúncias contra os atos de violência às crianças e adolescentes. O trabalho de conscientização acontece durante o carnaval, neste mês de fevereiro. Em parceria com o Governo de Rondônia, o Hemocentro também vai participar e incentivar a população à doação de sangue.

A Secretaria Estadual de Assistência Social (Seas) formou equipes com funcionários do governo do estado e da rede municipal e está descendo o Rio Madeira de barco, para orientar os ribeirinhos sobre como denunciar atos de violência contra crianças e adolescentes, focados no Estatuto da Criança e do Adolescente, além de incentivar a doação de sangue para auxiliar no aumento do estoque no Hemocentro.



Servidores descem Madeira em barco para orientar ribeirinhos (Foto: Decom/RO)

De acordo com o secretário de Assistência Social, Márcio Félix, o trabalho do barco é fundamental para coibir a violação desse direito. "Os ribeirinhos estão sendo assistindo e orientados para utilização do disque 100 e também sobre a importância de manter o estoque de sangue em dia", afirma o secretário.

"É muito bom saber que temos esse reforço que nos ensina a forma corretar para proteger nossos filhos", elogiou a dona de casa Luciene de Souza. Ela vive com três filhos no distrito de Calama e, durante as férias escolares, viaja com as crianças para Independência, onde o marido mora.

Uma mobilização está marcada para as 21h desta quinta-feira (12), em Jacy-Paraná. Na sexta-feira (13), os trabalhos serão focados na rodoviária e aeroporto de Porto Velho e, no sábado (14), a ação acontece em parceria com a Banda do Vai Quem Quer, com a distribuição de material e orientação na concentração da festa, às 15h, e durante todo o percurso do bloco na avenida.

Projeto leva cidadania à população ribeirinha de MT
SÍTIO CIRCUITO MT, 12.02.2015

Serão feitas doação de óculos, medicamentos, e a expedição de documentos como Identidade Civil, Carteira de Trabalho e CPF



A Perícia Oficial e Identificação Técnica (Politec), em parceria com a Defensoria Pública e outras instituições, participa nos meses de fevereiro e março do projeto "Ribeirinho Cidadão", com a emissão de carteiras de identidade às comunidades ribeirinhas dos municípios de Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger e Juscimeira.

O objetivo do projeto é atender as famílias carentes situadas às margens do Rio Cuiabá e São Lourenço com o intuito de dirimir os conflitos através da prestação jurisdicional, bem como garantir o status de cidadania à população. A Politec irá designar dois papiloscopistas que farão a emissão de 1ª e 2ª vias do documento.

Dos dias 19 a 28 de fevereiro serão atendidas as comunidades ribeirinhas de Barão de Melgaço. Já nos dias 02 a 06 de Março será percorrida a parte terrestre dos municípios de Santo Antônio de Leverger e Juscimeira.

Com duração de 15 dias, divididos em etapas fluvial e terrestre, o projeto contará com a

CONT.



presença de 57 profissionais das mais diversas áreas que farão atendimento em embarcações. Na primeira parte, defensores, juízes, médicos, promotor de Justiça, oftalmologistas, dentista, bem como outros profissionais aptos a solucionar questões jurídicas e sociais, irão navegar as águas que banham as comunidades entre Barão de Melgaço e Poconé, durante dez dias.

A segunda parte terá início no dia 2 de março, com duração de cinco dias. O atendimento será prestado à região de Santo Antônio de Leverger, sendo encerrada no distrito de Mimoso. A novidade nesta etapa é a inclusão do município de Juscimeira no percurso.

Durante todo o projeto é feita a doação de óculos e medicamentos, bem como a expedição de documentos como Identidade Civil, Carteira de Trabalho e CPF. De acordo com o Diretor Metropolitano de Identificação Civil, Aílton Silva Machado, somente no ano passado foram expedidas 410 carteiras de identidade durante o projeto.

Segundo a assessoria de imprensa da Defensoria Pública, neste ano também será realizado um trabalho em prol da limpeza das margens do Rio Cuiabá. Foram entregues sacos de lixo à Colônia de Pescadores Z3, sendo que, mediante a devolução de 50 quilos de lixo, a Receita Federal doará cobertores, roupas e meias.

O Projeto "Ribeirinho Cidadão" é uma iniciativa da Defensoria Pública em parceria o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Eleitoral; Ministério Público; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Assembleia Legislativa; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários.

(Com informações da Assessoria)



TJMT e Justiça Federal trocam experiências

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 12.02.2015

Coordenadoria de Comunicação do TJMT

O presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, desembargador Paulo da Cunha, recebeu a visita de dois juízes federais, um de Mato Grosso e outro de Mato Grosso do Sul, que vieram convidar o Poder Judiciário do Estado para participar do Projeto Expedição da Cidadania. Na oportunidade, o presidente também convidou os magistrados a conhecer e integrar o Projeto Ribeirinho Cidadão, desenvolvido pelo TJ e demais parceiros e que este ano realiza sua 8ª edição.

O juiz federal de Mato Grosso, Régis Araújo, e a juíza Raquel Amaral, de Mato Grosso do Sul, foram convidados pelo desembargador Paulo da Cunha para participar da abertura do projeto no dia 19 de fevereiro, às 8 horas, em Barão de Melgaço.

Os magistrados federais conheceram um pouco como funciona o Ribeirinho Cidadão e convidaram o juiz coordenador do projeto, José Antônio Bezerra Filho, para ministrar uma palestra para juízes federais e o judiciário sul-matogrossense a fim de mostrar um pouco da experiência de Mato Grosso, que há oito anos vem realizando com sucesso este projeto.

"O Ribeirinho Cidadão é um projeto social de grande alcance e de grande importância. Por meio dele a Justiça sai do seu prédio, da sua comodidade, e vai até onde o cidadão está. É o resgate da cidadania sendo colocado em prática. Hoje recebemos os juízes federais, Régis e Raquel, que desenvolvem um projeto semelhante no Rio Paraguai. Eles vieram nos fazer um convite e nós que já temos uma larga experiência queremos somar esforços para ajudá-los e contar também com o apoio deles para que nos auxiliem", destacou o presidente Paulo da Cunha, que participará da abertura do evento.

A juíza federal Raquel Amaral diz que ficou surpresa com o trabalho realizado pelo projeto Ribeirinho Cidadão. "Viemos fazer uma proposta para o Judiciário de Mato Grosso integrar a Expedição da Cidadania e acabamos tendo uma grata surpresa ao conhecer o projeto realizado aqui no Estado. Mato Grosso realmente já tem know how, é um trabalho já consolidado, um exemplo a ser seguido, não só apenas pela Justiça Federal, mas pelo Poder Judiciário do país. Será um prazer ter a Justiça do Estado como parceira".

Conforme a magistrada, a Expedição da Cidadania fará este ano sua terceira edição, percorrendo pelo Rio Paraguai, o trecho entre Corumbá e Cáceres. O Judiciário de Mato Grosso foi convidado a ajudar na emissão de registro, principalmente o registro tardio, um problema muito comum entre a população ribeirinha.

CONT.



“É extremamente importante que se fortaleça esta cooperação, exatamente para que se juntem as experiências e a partir daí se preste o melhor serviço possível a uma comunidade que normalmente não tem acesso à Justiça. Unindo forças e experiências, tenho certeza que teremos um grande esforço no sentido de melhorar a prestação jurisdicional”, destacou o juiz Régis Araújo.

O defensor público-geral de Mato Grosso, Djalma Sabo Mendes, destacou a importância da parceria entre o Judiciário e a Defensoria Pública. “O Tribunal de Justiça de Mato Grosso é nosso parceiro desde a primeira edição. Essa parceria renovada o ano passado só veio reafirmar o interesse destas instituições em dar continuidade a este projeto, tornando isso uma política de atendimento à população ribeirinha”.

Plenário aprova comissão externa sobre Transposição do Rio São Francisco
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2015



Agência Câmara

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (11) a criação de uma comissão externa para acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecido como Transposição do Rio São Francisco.

A comissão também vai avaliar o andamento do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

O deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que solicitou a criação do grupo, explica que o projeto tem sido um dos temas mais polêmicos dos últimos anos em razão de o valor já aplicado na obra e os atrasos sucessivos na execução do projeto. "As questões ambientais e os programas de revitalização da bacia hídrica do Rio São Francisco precisam ser amplamente conhecidos por todos os parlamentares não só em nível federal, como também em nível estadual e municipal."

O parlamentar reclama que as propostas precisam ser debatidas também com as entidades de classe e as populações a serem contempladas com o projeto. "Há também o argumento de que

CONT.



essa transposição só vai ajudar os grandes latifundiários nordestinos, pois não há integração com as demais bacias hídricas dos estados.”

Uso da água

Segundo Gomes de Matos, o principal argumento da polêmica dá-se, sobretudo, pela destinação do uso da água. “Os críticos do projeto alegam que a água para uso humano e dessedentação animal é maior que a demanda na região de destino e que a finalidade última da transposição é disponibilizar água para a agroindústria e a carcinicultura.”

A comissão será composta de cinco integrantes titulares e igual número de suplentes, com prazo de funcionamento de 12 meses. Os parlamentares também podem realizar audiências públicas e diligências externas, requerer informações, assim como outros atos que julgue necessários.



Turma concede HC preventivo a índio em ação de reintegração de posse
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2015

Âmbito Jurídico

A 4ª Turma do TRF da 1ª Região concedeu habeas corpus preventivo a um cacique da Tribo Indígena Tupinambá de Olivença (BA) a fim de impedir que o índio seja preso caso não desocupe propriedade particular indevidamente ocupada. O pedido foi feito pelo Ministério Público Federal (MPF) contra ato do Juízo Federal da Subseção Judiciária de Ilhéus.

O proprietário do Conjunto Agrícola São Marcos, área ocupada por aproximadamente 80 indígenas, em 11/08/2013 entrou com ação de reintegração de posse na Justiça Federal. Cerca de um ano depois, em audiência, o Juízo decidiu que os indígenas teriam 20 dias para desocupar a propriedade, sob pena de prisão preventiva do cacique.

Para impedir a prisão, o MPF recorreu ao TRF1, ao argumento de que “a autoridade impetrante, ao ameaçar de prisão o paciente, está desvirtuando medida penal para utilizá-la como ameaça para cumprimento de decisões cíveis de reintegração de posse”. O órgão ministerial ainda sustentou que “as medidas cautelares devem ser aplicadas para servir ao processo em que são adotadas, não como forma de ameaça permanente contra determinada pessoa, para casos futuros desvinculados daquela ação, como a autoridade impetrada faz”.

Para o relator do caso, juiz federal convocado Pablo Zuniga Dourado, o MPF tem razão em suas alegações. “A ameaça de prisão do paciente caracteriza desvirtuamento de medida cautelar penal para ação diversa, com o fim de coagir o paciente ao cumprimento de decisões cíveis, exaradas em outro processo, que trata de reintegração de posse”, fundamentou.

Ainda de acordo com o magistrado, a hipótese em questão configura violação do inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal, bem como da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

A decisão foi unânime.

Processo n.º [0061865-68.2014.4.01.0000](#)



Justiça nega pedido de reintegração de posse contra indígenas em Belo Monte
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 13.02.2015

"A Norte Energia tenta criminalizar os índios, ela tem feito uma manobra na Justiça Estadual de criminalizar todos ao mesmo tempo, generalizando-os como índios", afirma a procuradora da República em Altamira, Thaís Santi

Letícia Leite – ISA

O juiz Luiz Trindade Júnior, da 3a Vara Cível de Altamira, não garantiu a reintegração de posse pedida pela Norte Energia, empresa responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Rio Xingu, na região de Altamira (PA). Aproximadamente 100 índios de sete etnias ocupam, desde a madrugada de segunda-feira, a entrada de acesso do canteiro de obras da usina (saiba mais).

Após conceder, ontem, o pedido de reintegração, o juiz voltou atrás hoje, suspendendo-o. A ordem de reintegração permitiria o uso de força policial na retirada de indígenas do local e estabelecia multa de até R\$ 20 mil por dia caso houvesse descumprimento.

Trindade Júnior acatou o pedido de reconsideração do Ministério Público Federal (MPF), que argumentava que a competência para esse tipo de decisão seria da Justiça Federal, e não da Estadual, pois o conflito envolve direitos de populações indígenas. A decisão sobre a permanência da ocupação deve ficar suspensa até que a Justiça Federal julgue o pedido da Norte Energia.

"Reduzir a reivindicação desse indígenas a mero dano a patrimônio particular seria uma abstração inaceitável de um conflito que se opera no contexto de um licenciamento federal com riscos reais à sobrevivência étnica desses povos", afirma a procuradora do MPF, Thaís Santi. Ela explica que, embora a reivindicação dos indígenas ocorra em uma via pública, não há dúvida de que o conflito envolve direitos indígenas.

A investida da empresa Norte Energia retomava uma ordem judicial antiga, de maio de 2014, que pretendia impedir e punir a presença de qualquer indígena nas proximidades do canteiro de obras da usina.

Em nota, a Norte Energia afirma que "mantém o rigor no cumprimento dos compromissos que beneficiam as comunidades indígenas da área de influência da hidrelétrica" (leia a nota da empresa).

CONT.



Licença de Operação

Em meio a uma das maiores ocupações indígenas nas proximidades do canteiro de obras e pendências socioambientais, a Norte Energia decidiu solicitar, nesta quarta-feira, ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) a Licença de Operação para Belo Monte. Se conseguir a autorização, a empresa poderá começar a encher o lago da usina (saiba mais)

Os indígenas enviaram um manifesto ao MPF em que explicam suas reivindicações e repudiam o pedido de Licença de Operação da usina. "Diante de tantas arbitrariedades, a justiça do estado do Pará determinou que nós pagássemos multa para a Norte Energia. Os devedores não somos nós, a Norte Energia é que nos deve!", diz um trecho do manifesto.

Na carta, os indígenas relatam que estão sem água potável e esgoto: "até hoje nenhum dos sistemas de abastecimento de água e esgoto foram entregues". Cobram também a construção das bases de vigilância e postos de fiscalização, que garantiriam a segurança das Terras Indígenas impactadas pelo empreendimento, obrigações que a empresa deveria ter cumprido antes mesmo de iniciar a obra em 2011, segundo exigências do licenciamento ambiental.

A pauta de nove reivindicações aponta ainda que os indígenas não conseguem mais sobreviver da pesca no Rio Xingu. Os programas voltados a atividades produtivas, como implantação de roças mecanizadas, aberturas de estradas de castanhais estão atrasados e "não trouxeram nenhum resultado positivo para nenhuma das aldeias".

O documento traz ainda graves denúncias sobre o descumprimento de condicionantes de responsabilidade do Governo Federal, como a regularização fundiária e retirada de não índios de terras já demarcadas, ações que deveriam ter sido concluídas antes de 2011 e sequer começaram.

"Não vamos aceitar que Belo Monte entre em operação sem a definição da área da Terra Indígena Paquicamba e a regularização de todas as terras indígenas impactadas por Belo Monte", afirma o documento assinado por 11 aldeias atingidas pela usina ([leia a carta na íntegra](#)).

RN: Incra conclui primeira etapa da regularização das Comunidades Quilombolas Aroeira e Pavilhão

SÍTIO INCRA, 13.02.2015



A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no Rio Grande do Norte (Incra/RN) concluiu a primeira etapa da regularização das comunidades quilombolas Aroeira, no município de Pedro Avelino, e Pavilhão, em Bom Jesus. Os resumos dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTIDs) das comunidades, o primeiro passo para o processo de regularização das áreas, foram publicados na última terça-feira (10) no Diário Oficial da União.

O RTID é composto pelo Relatório Antropológico, que aponta os aspectos históricos e socioculturais da comunidade e é a peça técnica principal para o início da regularização dos territórios remanescentes de quilombos, pelo Laudo Agrônomo e pelo Memorial Descritivo da área.

Com a publicação dos relatórios no Diário Oficial da União, já estão sendo contatados outros órgãos, como o Iphan, o Ibama, a Secretaria do Patrimônio da União, a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a Fundação Cultural Palmares e a Funai, a fim de se verificar

CONT.



a possibilidade de regularizar as áreas como territórios ocupados por remanescentes de comunidades de quilombo.

Família, Tradição e Cultura

De acordo com o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra/RN, o trabalho de campo realizado nas comunidades para a elaboração do Relatório Antropológico identificou várias tradições mantidas há gerações pelas famílias.

Na comunidade quilombola Aroeira, no município de Pedro Avelino, na região central do estado, a cerca de 158 quilômetros de Natal, que tem origem no século XIX, há um histórico comum de ocupação da área de aproximadamente 530 hectares reivindicada pelas 37 famílias, que possuem fortes laços de parentesco.

A história da comunidade Pavilhão, em Bom Jesus, no agreste potiguar, a 46 quilômetros da capital, começa no século XIX, na região de engenhos do município de Macaíba. A comunidade, com 23 famílias, reivindica cerca de 52 hectares e é derivada da Comunidade Quilombola de Capoeiras, com a qual tem forte relação de parentesco e compartilha a manifestação cultural afrobrasileira "Dança do Pau Furado".

Processo de Regularização

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

Para terem seus territórios regularizados, as comunidades quilombolas devem encaminhar uma declaração na qual se identificam como comunidade remanescente de quilombo à Fundação Cultural Palmares, que expedirá uma Certidão de Autorreconhecimento em nome da mesma. Devem ainda encaminhar à Superintendência Regional do Incra uma solicitação formal de abertura dos procedimentos administrativos visando à regularização.

A regularização do território tem início com um estudo da área, a elaboração de um Relatório Técnico que identifica e delimita o território da comunidade. Uma vez aprovado este relatório, o Incra publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. A fase final do procedimento corresponde à regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas através de desapropriação e/ou pagamento das benfeitorias e a demarcação do território.

Ao final do processo, é concedido um título coletivo de propriedade à comunidade em nome da associação dos moradores da área e feito seu registro no cartório de imóveis. Atualmente, existem 19 processos de regularização de territórios quilombolas abertos no Incra/RN.



Operação carnaval da Polícia Ambiental começa nesta sexta-feira

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 13.02.2015

Diferentemente da última operação carnaval, quando a pesca estava aberta durante o período de folia, neste ano, a pesca ainda estará fechada em todos os rios do Estado, à exceção da calha do rio Paraguai, porém, somente para a modalidade pesque-solte. Por esta razão, a Polícia Militar Ambiental começa nesta sexta-feira, dia 13 de fevereiro, às 08 horas, a "Operação Carnaval", com foco principal na pesca predatória. O encerramento será às 08 horas do dia 19 de fevereiro (quinta-feira).

A estratégia inicial será a seguinte: Como a pesca está aberta na modalidade pesque-solte na calha do rio Paraguai, o Comando da PMA reforçará o policiamento em Corumbá e Porto Murtinho, cujas áreas envolvem a calha do referido rio. As outras cidades com tradição carnavalesca, que receberão maior número de turistas, tais como: Bonito, Jardim, Coxim, Aquidauana e Miranda receberão efetivo da sede (Campo Grande) e de outras unidades situadas em cidades que não receberão muitos turistas durante o carnaval.

Em razão da pesca permanecer fechada também na bacia do rio Paraná até o dia 29 de fevereiro, também serão reforçadas as Subunidades dos municípios de Bataguassu, Aparecida do Taboado, Batayporã e Três Lagoas, além dos postos fixos das Cachoeiras do rio Anhanduí, em Bataguassu, Rio Verde, em Água Clara e Salto do Pirapó, em Amambai. Além disso, os demais 8 postos localizados nas cachoeiras e corredeiras, montados para a operação piracema estarão recebendo reforços durante a operação carnaval.

Três equipes da sede (Campo Grande) também estarão fazendo fiscalização itinerante, sem área definida, exercendo serviços de barreiras e fiscalização fluvial. 80% do efetivo de 327 homens estarão envolvidos na operação, pois os comandantes das 25 subunidades empregarão todo o efetivo no trabalho de fiscalização.

Apesar de o foco ser a fiscalização à pesca, outros tipos de crimes ambientais serão fiscalizados, tais como, o desmatamento ilegal, exploração ilegal de madeira, incêndios, às carvoarias ilegais e ao transporte de carvão e de outros produtos florestais, transporte de produtos perigosos, caça, bem como demais crimes contra a flora e fauna. Crimes de outra natureza também serão coibidos nas barreiras da PMA, como tem sido feito nos trabalhos rotineiros, quando se tem apreendidos drogas, armas, contrabando, veículos furtados e roubados e outros.

ALERTA

A exceção do pesque e solte na calha do rio Paraguai, a PMA informa que a única pesca permitida neste período na bacia do Rio Paraguai e nos rios de domínio do Estado de Mato

CONT.



Grosso do Sul, na Bacia do rio Paraná é a pesca de subsistência. Subsistência é manutenção da vida. Então, quem pode pescar é o ribeirinho que precisa da proteína do peixe para manutenção de sua vida. Ele pode capturar 03 kg, ou um exemplar, respeitando as medidas permitidas, porém, não pode comercializar em hipótese alguma. Portanto, a população das cidades lindeiras, bem como pessoas que vão passar o final de semana em ranchos às margens dos rios, não podem pescar de forma alguma.

OBSERVAÇÃO

Não adianta afirmar que está pescando de varinha na margem do rio. Esta modalidade também é proibida.

Nos Lagoas das Usinas do Rio Paraná, pode haver a captura de 10 kg mais 01 exemplar de peixes exóticos e não nativos da bacia, tais como: tucunaré, corvina, tilápia, bagre africano, porquinho etc.

A PMA alerta aos foliões e às pessoas que vão descansar em ranchos e locais às margens dos rios, que respeitem a legislação, não pescando nos locais proibidos e soltando os peixes nos locais onde estará permitido o pesque-solte, que é a calha do rio Paraguai.

A PMA alerta também, que o desrespeito à legislação pode levar os infratores a serem presos e encaminhados à Delegacia de Polícia Civil para lavratura do auto de prisão em flagrante, podendo, se condenados, pegar pena de um a três anos de detenção. Além do mais, terão todo o material de pesca e mais motor de popa, barcos e veículos utilizados na infração apreendidos, além de serem multados administrativamente em um valor que varia de R\$ 700,00 a R\$ 100 mil, mais de R\$ 20,00 por Kg do pescado irregular. (Com informações da PMA)

Prefeitura isola área de APP às margens do Arareau
SÍTIO A TRIBUNA MT, 13.02.2015



Proteção e recuperação de APPs: área é isolada

A frente de trabalho formada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), Defesa Civil, Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis (Coder) e Secretaria de Habitação, que desde 2013 vem fazendo a remoção de famílias ribeirinhas, de áreas de risco e de áreas de preservação permanente – APP, está prestes a finalizar toda a liberação da margem do córrego Arareau, pela Rua H, no bairro Jardim Paulista. Nesta semana, trabalhadores isolaram um local onde viviam cerca de 20 famílias, que recentemente foram remanejadas para novos residenciais que estão sendo construídos em outras localidades.

De acordo com o secretário de Meio Ambiente de Rondonópolis, Lindomar Alves, ainda existem seis famílias morando nas proximidades do córrego Arareau no Jardim Paulista. Ele, porém, assegura que nos próximos meses estas pessoas devem ser remanejadas e as margens do córrego no bairro totalmente liberadas. Alves diz que a ação faz parte de uma correção da formação urbana, que por vários motivos foi feita sem muito planejamento em alguns bairros.

“Esta ocupação residencial, feita no passado no Jardim Paulista, foi um dos locais que

CONT.



resolvemos intervir, em virtude de se tratar de uma APP. Em vários outros locais da cidade também existiam casos parecidos, mas considero que muita coisa foi resolvida nesta gestão. Fazemos a abordagem das famílias, as amparamos e uma nova residência é preparada para elas. Logo que saem, demolimos a casa e cercamos o local, não só para evitar que depositem lixo, mas também para que novas invasões não ocorram”, explica o secretário de Meio Ambiente.

O secretário de Habitação, Roberto Carlos de Carvalho, confirma que até o momento a atual gestão já removeu cerca de 300 famílias que moravam às margens de córregos e rios, para outros bairros. Até o ano que vem, segundo Carvalho, a projeção é entregar mais de 500 casas para ribeirinhos.

Quilombolas comemoram reconhecimento do direito à terra

SÍTIO PORTAL VERMELHO, 13.02.2015

O quilombola José Orlando, 48 anos, não esconde a emoção de ver preservados os valores e a cultura de seus antepassados. O pescador conta que antes da chegada das políticas públicas, a região, localizada no sertão de Sergipe, vivia em conflito. "Foi graças ao Governo Federal que tivemos reconhecido o direito à terra, que a gente nem sabia que tinha. Com ela, vieram outros benefícios, como o crédito do Pronaf", afirma.



José Orlando comemora a chegada de políticas públicas à sua comunidade

O reconhecimento territorial de Lagoa de Campinhos, onde José vive com a família, começou em 2007. O título definitivo chegou em 2013, juntamente a outras iniciativas, como o Água para Todos e a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), além de recursos para identificação e delimitação de terras quilombolas.

Atualmente, a comunidade tem delimitado mais de 1,2 mil hectares, dedicados ao cultivo de frutas, hortaliças, piscicultura e apicultura. "Depois de muito sofrer, estamos no céu. Até nossos filhos, acostumados a procurar oportunidades na cidade, estão retornando para cá", comemora.

Ano histórico

A regularização fundiária de áreas quilombolas também beneficiou outras comunidades, proporcionando acesso às políticas públicas, qualidade de vida e incremento de renda a milhares de famílias. No quilombo Ilha da Marambaia (foto), no estado do Rio de Janeiro, por exemplo, a titulação coletiva, assinada em 2014, garantiu aos povos tradicionais da região mais moradia e preservação da biodiversidade local.

O mesmo ocorreu no território quilombola Invernada Paiol de Telha, no Paraná, reconhecido oficialmente em 2014. Com a portaria de delimitação do território, a comunidade terá aproximadamente 1,5 mil hectares de terra para viver e produzir, o que vai beneficiar 300 famílias que passam a acessar políticas voltadas aos quilombolas, além daquelas de fomento à produção familiar.

Esses exemplos fazem parte de um feito histórico. Nos últimos quatro anos, o Governo Federal

CONT.



fez pelas comunidades e povos tradicionais mais do que foi realizado em toda a história do país. Só em 2014, foram 15 portarias de reconhecimento de territórios quilombolas, que beneficiaram famílias com terra, acesso às políticas públicas, qualidade de vida e incremento de renda.

Mesa quilombola

Uma das principais conquistas das comunidades quilombolas foi a criação da Mesa Nacional de Regularização Fundiária Quilombola, em 2013. Ela representou uma nova abordagem para lidar com o reconhecimento dos territórios quilombolas, com participação efetiva de movimentos sociais e entidades que participam da regularização fundiária (Incra, SPU, MDA, Funai, Ministério Público, Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, entre outros). Eles se reúnem periodicamente para avançar no reconhecimento dos direitos dos povos tradicionais, com maior transparência e uma melhor pactuação de estratégias entre os envolvidos.

Fonte: MDA.

Quilombolas denunciam preconceito e intolerância religiosa em Traipu

SÍTIO TRIBUNA HOJE, 13.02.2015

Lideranças da Comunidade Remanescente de Quilombo Mumbaça, do município de Traipu, acusam o pároco da Igreja local e a prefeitura de preconceito e intolerância religiosa.

De acordo com a presidente da Comissão de Jornalistas de Igualdade Social (Cojira/Sindjornal), Valdice Gomes, líderes da comunidade quilombola estiveram na quarta-feira (11) na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-AL) para oficializar as denúncias de perseguição.



Para Valdice Gomes, prefeitura está sendo conivente com a violação dos direitos

“O padre Eduardo não permite que os quilombolas revelem sua origem. Ele não proíbe que eles entrem na igreja, mas exige em seus sermões que eles não digam que são moradores do Quilombo”, relata Valdice.

Ainda segundo Valdice, os quilombolas tem a tradição de passar com o cortejo dos seus mortos pela Igreja antes do sepultamento, mas o padre proibiu que o manifesto, realizado há mais de 100 anos, aconteça.

Valdice afirma que o mesmo tratamento dado aos quilombolas pelo padre da cidade, se repete nas escolas públicas e postos de saúde.

“Quando as crianças vão se matricular nas escolas da cidade, elas também não podem dizer que são quilombolas. O mesmo acontece nos postos de saúde. A prefeitura está sendo conivente com a violação dos direitos dos quilombolas de praticarem e preservarem a sua ancestralidade”, opinou.

A denúncia também foi levada ao Conselho Estadual de Igualdade no Ministério Público Federal (MPF) em Arapiraca.

“As denúncias também serão levadas para outras autoridades jurídicas e governamentais, além do bispo de Penedo, para que olhem para aquela comunidade tradicional, reconhecida pelo Governo Federal que trabalha para manter a tradição e a cultura dos quilombolas”.

A prefeita de Traipu, Conceição Tavares, nega as acusações e afirma que existe “manipulação política” envolvida.

CONT.



“O líder da comunidade quilombola, Manoel dos Santos, o Bié, nunca me procurou para discutir o assunto. Aqui na cidade ninguém é impedido de manifestar sua cultura”, garante a gestora. Conceição citou ainda os outros grupos que existem na cidade e que se manifestam livremente, como o Movimento dos Sem Terra e tribos indígenas.

O antropólogo do MPF, Ivan Soares, informou que já existe um procedimento aberto no órgão federal para investigar as denúncias.

“Já estivemos na cidade para verificar as denúncias”, afirmou.

A equipe de reportagem do jornal Tribuna Independente tentou contato com o padre citado, mas não conseguiu localizá-lo.

Ministro de esporte visita obras dos Jogos Mundiais Indígenas em Palmas

SÍTIO GLOBO.COM, 13.02.2015

Em meio às máquinas que trabalham nos arredores do estádio Nilton Santos o prefeito da cidade e os secretários apresentaram o projeto à George Hilton



Prefeito de Palmas explica projeto para o ministro George Hilton (Foto: Vilma Nascimento/GloboEsporte.com)

Palmas será a sede da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas que acontecem entre os dias 18 e 27 de setembro. Para conhecer e acompanhar de perto as obras da Vila Olímpica que receberá as competições, o ministro do esporte George Hilton esteve em Palmas nesta sexta-feira (13). Em meio às máquinas que trabalham nos arredores do estádio Nilton Santos, o prefeito de Palmas, Carlos Amastha e o secretário extraordinário dos jogos mundiais indígenas, Hector Franco, apresentaram o projeto ao ministro.

A estrutura para receber os competidores contará com uma grande arena, raíais olímpicas no lago, uma aldeia global para abrigar os participantes, oca digital, o museu do índio, o centro de iniciação ao esporte e a estrutura do estádio Nilton Santos. Segundo o ministro, a capital receberá todo o apoio necessário para conseguir deixar tudo pronto.

- O Ministério do Esporte virá com toda a estrutura de equipamentos e dos espaços. E acreditamos que este evento é o primeiro passo para começarmos a democratização do esporte. Acreditamos que a partir daqui vamos poder promover grandes eventos fora do eixo de Rio de Janeiro e São Paulo – comentou.

CONT.



O evento é uma novidade para o mundo inteiro, fato que deixa o ministro entusiasmado para que Palmas mostre todo o potencial cultural, esportivo e turístico do país.

- Palmas tem uma posição geográfica privilegiada e esta é uma grande oportunidade de demonstrarmos que a região tem a capacidade de promover este evento que atrairá tanta visibilidade. Tenho certeza que esses jogos ajudarão no crescimento da região.

Hector Franco explicou que a visita do ministro é a confirmação de que o evento tem o apoio nacional. E tranquiliza sobre o prazo para a entrega das obras dos complexos esportivos para as competições.

- Um evento como este sempre gera a indagação sobre o tempo, mas os nossos projetos foram pensados para que houvesse tempo hábil. E a presença do ministro aqui atesta esta confiança e a este apoio - disse o secretário.

Grupo de mulheres invade as quadras de tênis no TocantinsA previsão é de que cerca de 22 etnias brasileiras, além de indígenas de mais de 20 países. Cada país e etnia brasileira poderá inscrever até 50 participantes, totalizando 2.200. Os jogos terão a disputa de 11 modalidades. A intenção é de que todo planejamento seja completado antes do início dos jogos para que as estruturas recebam eventos testes.



Reserva Indígena Taba dos Anacé está 33% pronta

SÍTIO GOVERNO DO CEARÁ, 13.02.2015

A Secretaria da Infraestrutura do Estado - Seinfra reuniu nesta sexta-feira (13) representantes da etnia Anacé, da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da Construtora CBC e técnicos para apresentar a atual situação das obras da Reserva Indígena Taba dos Anacé, no distrito de Catuana, no município de Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. O projeto prevê a construção de 163 casas, sistema de abastecimento de água e esgoto, escola, posto de saúde e acessos, entre outras benfeitorias para abrigar as famílias que serão realocadas de áreas do Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Atualmente as obras estão 33% prontas, estando em fase de implantação de 61 casas, uma escola e um posto de saúde.

O engenheiro André Pierre, que coordena área de transportes e obras da Secretaria, destaca que o projeto segue conforme o planejado e que solicitações das famílias estão sendo realizadas para atender da melhor forma e dentro do possível. Além das casas, estão prontas a iluminação das ruas e iniciadas as obras da escola e do posto de saúde naquela área de 540 hectares. "A Seinfra está fazendo o possível para atender os nossos pedidos de alteração no projeto e tem sido muito fácil e bom o relacionamento com os órgãos envolvidos no projeto, de forma que tem agradado às famílias que conseguiram essa conquista", disse Thiago Halley, uma das lideranças indígenas presentes à reunião.

O empreendimento faz parte do compromisso firmado pelo Governo estadual com a Petrobras, o Ministério Público Federal, a Fundação Nacional do Índio - Funai e as comunidades indígenas dos Anacé que serão realocadas de áreas do CIPP para a reserva criada pelo Governo do Estado, tendo em vista o projeto de implantação de uma refinaria naquela área do complexo. Os trabalhos, estão sendo realizados pela construtora Batista Cavalcante - CRC, vencedora da licitação e devem ficar prontos ainda este ano. O valor da obra é de R\$ 13.752.248,23 (valor da proposta vencedora da licitação). As casas serão distribuídas entre quatro aldeias Anacés (Baixa das Carnaúbas, Currupião, Matões e Bolso). O terreno, localizado às margens da CE-085, foi adquirido pelo Governo do Estado por R\$ 15 milhões. Um convênio com a Petrobras garantiu outros R\$ 15 milhões para repasse à Secretaria para a implantação dessa infraestrutura.

O terreno foi aceito pelas comunidades indígenas após ampla discussão, tendo recebido apoio técnico da Funai. As 163 unidades habitacionais terão 80 metros quadrados de área cada uma, uma escola padrão MEC, posto de saúde (padrão Sesa), acesso viário, vias internas, sistemas de energia elétrica, água e esgoto (fossas sépticas), acessos pavimentados, terraplenagem e drenagem.

Assessoria de Comunicação da Seinfra
(85) 3216.3764
www.seinfra.ce.gov.br



Halum acompanha ministro em visita a obras de preparação para os Jogos Mundiais Indígenas

SÍTIO SURGIU, 13.02.2015

Daqui a 216 dias a comunidade indígena mundial celebrará em Palmas a tradição e a cultura no maior evento esportivo voltado para as diferentes comunidades tradicionais. Nesta sexta-feira (13.02), o ministro do Esporte, George Hilton, acompanhado do deputado federal republicano César Halum, conferiu o andamento da preparação na capital de Tocantins para a primeira edição dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas (JMPI), que vai acolher etnias de 30 países, no mês de setembro.

“É um momento histórico receber a primeira edição dos Jogos. A competição é uma grande oportunidade para mostrar a rica diversidade do país. Ao receber delegações de várias partes do mundo poderemos mostrar, além do espetáculo esportivo, a nossa cultura, o lazer e o fomento ao turismo. Tenho certeza que Palmas vai crescer e se desenvolver ainda mais com a realização dos Jogos”, disse o George Hilton.

Halum lembrou que o Tocantins conta com uma população indígena de cerca de 10 mil pessoas, de sete etnias, com cultura e tradições preservadas. “Temos uma vasta diversidade cultural que deve ser enfatizada para o mundo. A realização desses jogos é a chance de mostrarmos novamente o qual grande é a nossa receptividade, capacidade de realização de eventos mundiais e o mais importante, a riqueza cultural do nosso Brasil”, ressaltou o deputado.

Após agenda em Palmas, o ministro George Hilton, segue com o deputado César Halum para cumprir agenda em Araguaína, onde visitarão junto a autoridades e desportistas, as obras do Centro de Iniciação ao Esporte.

Foto: Divulgação

Fonte: Vinicius Rocha

Postador: Deydjane da Luz



Dia do Rádio: "É uma satisfação falar do nosso jeito", conta cacique radialista
SÍTIO PORTAL EBC, 13.02.2015

A Rádio Tupinambá faz parte de um projeto desenvolvido pelo governo estadual com o objetivo de aumentar a comunicação entre a população que ocupa essa terra indígena do Povo Tupinambá. No ar há menos de um mês a rádio já tem se mostrado um instrumento eficaz não só no que diz respeito à informação, mas também um forte elemento de reativação da cultura desse povo indígena.

Na programação, além de notícias e mensagens, há entrevistas que contam a história de luta desse povo que desde a chegada dos primeiros colonizadores estrangeiros tem sido intensamente atingido pela ganância dos não indígenas sobre suas ricas e belas terras, encravadas entre o mar e a montanha na Bahia. A rádio também toca músicas de artistas da etnia, promovendo assim o resgate e o reforço da língua tradicional hoje falada por poucos, mas mantida através de cânticos e rezas.

Para comemorar o Dia do Rádio, o programa Amazônia Brasileira conversou com o comunicador da Rádio Tupinambá, Jaborandy Tupinambá, que falou aos ouvintes da Rádio Nacional da Amazônia sobre a importância desse veículo que se renova, se reinventa e mostra sua utilidade e contemporaneidade através do trabalho que presta à comunidade.

Por sua vez, para deixar esta data ainda mais especial, Jaborandy e a apresentadora Beth Begonha entrevistaram juntos a cacique Valdelice, uma das lideranças mais antigas da etnia. Valdelice já viveu muitas lutas ao lado de seu povo, já viu muitas invasões de seu cobijado território e participou de diversos movimentos de resistência pela manutenção da cultura e da sobrevivência de seu povo.

No ar, ele narrou uma parte importante da história dos Tupinambá de Olivença, tendo o rádio como difusor dessas informações para a gente de sua comunidade pela Rádio Tupinambá e para o povo de todo o Brasil, através das ondas curtas e fortes da Rádio Nacional da Amazônia. Jaborandy contou que Rádio Tupinambá é uma das pioneiras na história das rádios dos povos indígenas, uma vez que o acesso às grandes mídias não é fácil para o povo Tupinambá.

O programa vai ao ar de segunda a sexta-feira a partir das 8h (horário de Brasília) na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 5h. A produção e a apresentação são de Beth Begonha.



DSEI Médio Rio Purus encerra II Oficina de Acolhimento

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 13.02.2015

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Médio Rio Purus encerrou, nesta sexta feira (13), a II Oficina de Acolhimento, sob a coordenação da área de Educação Permanente do distrito. Durante quatro dias, mais 130 colaboradores participaram das atividades. Foram discutidos o Plano de Trabalho de 2015, as ações realizadas em 2014 e o realinhamento das atividades em conformidade com os programas do Ministério da Saúde.

"O evento promove a socialização dos novos colaboradores envolvendo profissionais dos três municípios de abrangência do DSEI Médio Rio Purus - Lábrea, Canutama e Tapauá", disse o coordenador do distrito, Jerfeson Caldas.

Também foram apresentados os novos protocolos, fluxos e procedimentos da área administrativa e dos setores finalísticos com o objetivo de aprimorar a eficácia dos processos de trabalho nas Casas de Saúde Indígena (CASAI's) e nos Polos Base para melhorar as metas e os resultados esperados.

Grupo Técnico em Vigilância do Óbito do DSEI Rio Tapajós faz primeira reunião
SÍTIO PORTAL SAÚDE, 13.02.2015



O Grupo Técnico em Vigilância do Óbito do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Rio Tapajós realizou a primeira reunião na última semana. O objetivo foi debater a integração sobre as competências do Grupo e a importância destas, como será a forma de trabalho, quais serão os maiores desafios e quais as estratégias para transpor esses obstáculos.

"O programa é um instrumento de avaliação da atenção para que se tenha conhecimento do que está acontecendo epidemiologicamente em uma localidade. Permite analisar e propor intervenções para a redução da mortalidade e melhoria dos indicadores, além de promover a qualificação das notificações dos óbitos ocorridos em área indígena", explica a enfermeira responsável técnica pelo Programa de Vigilância do Óbito do DSEI, Patrícia Sousa.

A competência dos distritos, no que se refere à investigação de óbitos, é exclusivamente em relação aos eventos ocorridos em aldeias indígenas. "A partir de 2015, o DSEI Tapajós torna-se responsável pela síntese de todos os óbitos ocorridos dentro da área indígena. Até ano passado, como eram os municípios de sua jurisdição que emitiam as Declarações de Óbitos e as Declarações de Nascidos Vivos, eram eles os responsáveis pelo processo de investigação e encerramento do caso. Agora, o distrito já dispõe do acesso e alimentação do Sistema de Informação de Nascidos Vivos em áreas indígenas - SINASCWEB e do Sistema de Informações de Mortalidade em áreas indígenas - SIMWEB", disse Patrícia.

CONT.



A enfermeira comenta que após a emissão da Declaração de Óbito inicia-se o processo de investigação pelo enfermeiro do Polo Base. "Ele é quem realiza a coleta de informações, seja na entrevista domiciliar, seja para informações do serviço de saúde ambulatorial. Depois disso, envia os formulários devidamente preenchidos e assinados à Responsável Técnica do Programa, que se reúne com o Grupo Técnico para discutir a ocorrência do óbito e elaborar um parecer com as recomendações necessárias".

O próximo passo será fazer uma reunião com os profissionais dos Mais Médicos para estudar sua legislação e saber quais as competências e limitações dentro do Programa de Vigilância do Óbito, além de uma capacitação específica para o Grupo. "A atuação do Grupo Técnico é de suma importância, seja na análise de todos os óbitos investigáveis, bem como em discussões que permitam uma síntese contundente e recomendações interventoras", conclui Patrícia

Formação

o Grupo Técnico em Vigilância do Óbito do DSEI Tapajós é formado por 10 membros: Alderino Cardoso, Chefe da Divisão de Atenção à Saúde Indígena (DIASI); Patrícia Sousa, enfermeira responsável técnica pelo Programa de Vigilância do Óbito; Sandro Waro, Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi); Lílian Felix e Nayra Calíope, psicólogas responsáveis pelo Programa de Saúde Mental; Márcio Miranda e Alexander Blez, médicos; Maria Eliane Gonçalves, – nutricionista responsável pela Vigilância Alimentar e Nutricional; Karine Reges, enfermeira da DIASI e Jesielita Roma, assistente social.

Por Graziela Oliveira



Clima seco faz governo de Roraima decretar situação de emergência

SÍTIO GLOBO.COM, 13.02.2015

*Decreto atinge os municípios de Mucajaí, Iracema, Alto Alegre e Amajari.
No Amajari já falta água para consumo humano, diz corpo de bombeiros.*

O governo do Estado de Roraima decretou nesta sexta-feira (13) situação de emergência nos municípios de Mucajaí, Iracema, Alto Alegre e Amajari devido o clima seco. O problema foi constatado após o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil realizarem um levantamento nas regiões e verificar a falta de água para o consumo animal e, em alguns locais como no município do Amajari, a escassez de água para o consumo humano.

"O ponto crítico é a falta de água para o rebanho, mas chegou a informação de que algumas comunidades indígenas, a exemplo da comunidade do Guariba, no Amajari, também já enfrenta o problema da falta de água potável, ou seja, essa demanda tem que ser suprida de imediato", disse o secretário executivo da Defesa Civil, Francisco Clediomar Ferreira. Estima-se que 16 famílias estão sem água na comunidade.

Segundo o secretário, a decretação da situação emergencial faz com que a resposta aos que precisam de auxílio seja mais rápida e o suporte às comunidades chegará ainda no período do carnaval. Ferreira afirmou que a Secretaria de Agricultura está realizando um processo para a contratação de empresas que possam auxiliar na construção dos poços e na locação de carros pipa.

Com a decretação, houve também a redução das escalas de serviço dos bombeiros em Boa Vista. "Com isso a gente pretende dispor de 50 bombeiros a mais para distribuir nessas bases do interior", disse Ferreira.

O comandante do Corpo de Bombeiros, Coronel Edivaldo Claudio Amaral disse que o trabalho será feito em todo o Estado de Roraima.

"O município de Cantá está em situação semelhante e outros municípios podem ser atendidos já que a decretação é no âmbito do estado", garantiu.

Queimadas

Os incêndios também são uma consequência da estiagem que acontece neste período, segundo o comandante Amaral. O coronel afirmou que as autorizações de queima estão suspensas, pois o fogo pode causar um dano ainda maior nesse período.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 28/2015

Brasília, 13 de fevereiro de 2015.

"É importante alertar aos agricultores que não façam queimadas de forma inconsequente e que obedeçam ao calendário porque vai haver fiscalização e é importante que ele não seja penalizado por isso. Nos ajudem neste momento tendo em vista que a situação do estado é crítica", disse o comandante fazendo um apelo aos agricultores.